

USINAS HIDRELÉTRICAS: IMPACTO SÓCIO-AMBIENTAL E DESAGREGAÇÃO DE COMUNIDADES

Mieceslau Kudlavicz

Resumo: O presente texto pretende fazer uma abordagem dos impactos sócio-ambientais produzidos pelo processo de construção da Hidrelétrica Sérgio Motta sobre a comunidade ribeirinha no município de Brasilândia – MS. Objetivamos, a partir dos depoimentos das pessoas impactadas, identificar o conflito com a empresa vivenciado pelas famílias no cotidiano e as lutas de resistência ao desalojamento forçado de seu habitat. Buscar ainda registrar e entender a voz dos homens e mulheres da beira do rio, da floresta, apreendendo suas experiências de vida com o rio e a dolorosa experiência de vida sem-o-rio.

Palavras-Chave: impacto – (des)construção – cotidiano – rio – barragens

PLANT HIDRELÉTRICAS: PARTNER-AMBIENT IMPACT AND DISAGGREGATION OF COMMUNITIES

Abstract: The present text intends to make a boarding of the partner-ambient impacts produced by the process of construction of the Hidrelétrica Sergio Motta on the marginal community in the city of Brasilândia - MS. We objectify, from the depositions of the impactadas people, to identify the conflict with the company lived deeply for the families in daily and the fights of resistance to the forced dislodgement of its habitat. To search still to register and to understand the voice of the men and women of the side of the river, of the forest, apprehending its experiences of life with the river and the painful experience of life without-the-river.

Word-Key: impact - (des)construção - daily - river - barrages

INTRODUÇÃO

Em meio ao desenvolvimento do modo de produção capitalista que vem ocorrendo de forma intensa e acelerada, alterando o meio ambiente, desrespeitando e esmagando os seres humanos na sua individualidade, propomos refletir de que forma se dá o processo de desalojamento de comunidades. Neste trabalho, iremos descrever e refletir a prática e/ou o cotidiano vividos pela comunidade ribeirinha de Porto João André, município de Brasilândia-MS, anteriores à construção da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera (hoje Sérgio Motta) e a partir daí, buscar identificar como se deu o processo de desconstrução da

organização do trabalho, dos laços de solidariedade, do seu convívio com a água (rio/lagos) e seus costumes durante e a pós a construção da barragem.

Tal situação já vem ocorrendo há mais de 20 anos e vem alterando e obrigando os ribeirinhos a saírem do seu habitat, no qual já viviam por mais 40 anos. São famílias de agricultores, pecuaristas, oleiros, pescadores, capturadores de isca e assalariados, que hoje já foram relocados – reassentados – ou estão em processo de relocação em outra área.

A pesquisa procura analisar o contexto sócio-econômico e ambiental dessa comunidade, para entender de que forma e que tipos de atividades eram realizadas no dia-a-dia pelas famílias ribeirinhas para a obtenção da renda e o sustento familiar, e qual a forma de comercialização do excedente. Assim como identificar quais os impactos/mudanças (positivos/negativos) ocorreram na organização da comunidade em seu novo local de moradia. Para então, demonstrar qual a relação e a importância que o meio ambiente – ecossistema local – exercia para a sobrevivência e organização da comunidade ribeirinha.

O conceito de impacto utilizado pelas hidrelétricas transmite a idéia de que as conseqüências são de curta duração, “coisa passageira”. Neste trabalho procuramos demonstrar que muitas transformações provocadas ao meio ambiente e ao grupo humano ali residente são definitivas, não têm volta.

Essas mudanças, de acordo com o depoimento de Deguinha (2000), como é conhecido no late Clube: “Não é como um acidente que acontece. É um troço que vem te corroendo aos poucos [...]. A gente fica boiando. Não sabe o que fazer da vida. Estamos amarrados”.

A expressão impacto ambiental tem servido essencialmente para esconder as reais transformações provocadas pelas hidrelétricas e ocultar a diversidade de interesse que estão em jogo, principalmente de grupos econômicos envolvidos com a obra.

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas e relatos de história de vida dos ribeirinhos a partir do meu trabalho e convivência como agente da CPT junto aos mesmos.

Situação que possibilitou a descrição e análise do processo de construção e desconstrução da organização desta comunidade.

A partir daí, propomos também, redimensionar o trabalho da CPT junto a esta comunidade ribeirinha, discutindo qual a contribuição específica desta entidade no processo de reorganização dos ribeirinhos em seu novo local de moradia e trabalho.

Ressaltamos que o presente estudo, apesar de ser realizado com a comunidade de Porto João André, numa extensa de 60 km ao longo do rio, a mesma problemática se apresenta em toda a região numa área de até 300 km ao longo do rio Paraná, entre as usinas hidrelétricas “Engenheiro Souza Dias” – Jupiá – e “Sérgio Motta” – Porto Primavera.

SITUANDO A COMUNIDADE

Porto João André, na verdade, é o nome dado ao Porto da Balsa que faz a travessia de pedestres, automóveis e caminhões de carga da margem sul-mato-grossense à margem paulista, através do rio Paraná. No entanto, com o decorrer do tempo famílias foram se instalando, se apossando de pequenos lotes e fixando residências. Muitas delas abriram um pequeno comércio, sobretudo de bebidas e de alguns produtos básicos de cozinha, como sal, açúcar, óleo, temperos, etc, e de limpeza.

No local funcionavam alguns órgãos do setor público (pequenas unidades) tais como: um Posto da Receita Estadual, um Posto de Saúde, um Posto Telefônico e uma Escola Municipal de 1ª à 4ª série (hoje todos desativados).

Do Porto João André partia uma rodovia estadual, fazendo a ligação com a sede do município, a cidade de Brasilândia, distante 23 quilômetros. É uma estrada de terra e de difícil acesso no tempo das chuvas, pois 15 dos 23 quilômetros atravessavam uma planície muito úmida, cheia de lagoas e varjões (brejos). Porto João André era uma referência para uma outra estrada que margeava o Rio Paraná, 30 quilômetros rio abaixo, chamada da a Estrada do Taquari. E uma outra estrada chamada a Estrada do Rio Verde, que margeava 20

quilômetros Rio Paraná acima, até a desembocadura do Rio Verde e a seguir, mais 10 quilômetros margeando o Rio Verde acima, até ligar com a rodovia Estadual MS 040 (pavimentada) que faz a ligação da cidade de Brasilândia com Três Lagoas. Porto João André era o km 0.

Era margeando a estrada do Taquari e a estrada do Rio verde que residiam as famílias ribeirinhas que serão aqui o universo da pesquisa. Consideramos também os dados da CESP de 1992/93 que confirmam a existência desta população nesta região, um total de 290 famílias e que seriam desalojadas com a construção da Barragem. Essas famílias desenvolviam variadas atividades produtivas, como a pesca, a agricultura, a pecuária, a olaria, o comércio, a captura de iscas e ainda, famílias que viviam de algum tipo de assalariamento como empregados do late Clube Rio Verde, de olarias, de ranchos, de fazendas, Pousada Shangri-lá, diaristas e funcionários públicos (neste estudo não vamos nos ocupar dos moradores que exerciam cargos públicos).

Em 1998, foi feito um novo levantamento na área, agora com a participação da Prefeitura Municipal de Brasilândia, Terrasul (Órgão de Terras de Mato Grosso do Sul) e a CESP, e novamente sem a participação de representantes das famílias ribeirinhas. De acordo com o novo levantamento, aumentou o número de famílias de 290 para 334. Se a composição familiar se constitui de 5 pessoas, estamos realmente falando de 1670 pessoas, que estão e estarão sofrendo mudanças radicais no seu modo de se organizar para viver. Se considerarmos o contexto brasileiro, essa situação ocorre com mais de 30 mil famílias, segundo afirmação do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem) no texto publicado em julho de 2000¹ por ocasião da mobilização nacional dos trabalhadores rurais.

A OCUPAÇÃO DA REGIÃO

Aqui é um lugar maravilhoso de se viver. A estrada era o rio. (Glória, 2000).

¹ Movimento dos Atingidos por Barragens. A prática energética do Estado brasileiro. Caderno de Estudo nº 2. Mobilização Nacional dos Trabalhadores Rurais, jul. 2000.p.58-66.

É muito importante neste estudo conhecer porque estas famílias se estabeleceram nesta região e há quantos anos estão residindo nessa área, objeto de nosso estudo. Para desenvolver este aspecto do estudo, servimo-nos dos depoimentos de algumas famílias mais antigas, que fizeram o relato do que viveram e como viveram durante décadas, até o presente momento.

A maioria das 334 famílias viveu 40 anos ou mais na região, ou então, são filhos dos primeiros desbravadores dessa região.

Uma das moradoras mais antigas, Maria Joana dos Santos, uma senhora de 74 anos, nem lembra-se muito bem há quanto tempo vive no local. E diz: “Não lembro. Que idade tem Paulicéia? A idade que Paulicéia tem eu de barranca. Paulicéia tem 52 anos”. (Maria Joana dos Santos, 2000).

Segundo essa senhora, seu marido era pescador profissional e moravam inicialmente na Ilha Verde, próximo a atual residência que fica próxima ao encontro das águas do Rio Verde com as do Rio Paraná. Era uma região ainda muito despovoadada e de difícil acesso.

Quando eu entrei aqui, não tinha estrada. A estrada era o rio. Só tinha cobra, onça e pernilongo. Eu tive meus filhos todos num rancho de sapé. (Maria Joana dos Santos, 2000).

Através dos relatos e depoimentos verificamos que no final da década de 1940, já existiam dois hotéis restaurantes, muito conhecidos, que recebiam turistas que vinham principalmente das cidades do Estado de São Paulo. Um era de propriedade do senhor Romildo Raineri, dono de uma fábrica de macarrão na cidade de Marília, no Estado de São Paulo. Seu hotel restaurante era conhecido como “Pastifício Marília”. O outro hotel restaurante era de propriedade de Raimundo Dias, que também era o maior proprietário de terras na região. Possuía também um campo de aviação que era utilizado pelos turistas que vinham principalmente para desfrutar da fartura dos peixes que havia no rio Paraná. Maria Joana, durante 10 anos, trabalhou no hotel restaurante Pastifício Marília, servindo refeições aos turistas. Depois compraram um sítio de sete alqueires e meio o qual possuiu até a alguns

meses atrás. Foi nesse sítio que ela teve onze filhos, todos de parto normal, em casa, sem assistência de médico ou enfermeira. E fala com orgulho:

Foi onde criei meus filhos de barriga cheia. Foi onde vi fartura. E vou embora e não tenho nada que falar do Mato Grosso (do Sul). Quando ele (marido) comprou isto aqui, nunca ele comprou um quilo de arroz, um quilo de feijão, mandioca, abóbora. Nunca fiquei sem nenhum frango no terreiro. (Maria Joana, 2000).

Maria de Lourdes Silva Lima, mais conhecida como Petelinka, mais ou menos contemporânea de Maria Joana, participou da ocupação destas terras com dezenas de outras famílias no final da década de 1940 e início da década de 1950. Ela mesma relata como tudo isto ocorreu:

A gente entrou faz muitos anos atrás, em 1949. Meus pais entraram como posseiros nessa região que hoje é a fazenda Cizalpina. Nós entramos, como posseiros, e foi entrando mais famílias e por final, quando tivemos que sair daquela região, nós já estávamos em 150 famílias. Aí quando nós estávamos pensando que poderia ficar possuindo aquelas terras onde a gente tinha “abrido” a posse. Era umas terras devolutas, terra do governo. O pessoal tinha interesse de comprar seus pedaços de terra, área que lhes conviesse. De repente a companhia CAIC vendeu esta área de 7.000 alqueires para a Companhia Cizalpina, uns italianos que tinham vindo recentemente da Itália. Eles queriam ficar com aquela área. Entraram para trazer maquinário de agricultura. Tratores e tudo mais. E eles queriam a área desocupada. Então houve uma situação muito difícil. Quem já estava um pouco estabilizado ficou total desequilibrado. As lavouras foram ficando abandonadas, porque sentia aquela opressão. Eles queriam que o pessoal saísse daquela região. Mas como a gente já tinha plantios, como lavoura de café. O meu pai já tinha dois mil pés de café plantados. O pessoal tinha canavial, tinha as lavouras, achava difícil sair. De repente eles entraram em demanda e houve várias reuniões, muito sofrimento, muita luta e a Companhia CAIC colocou um tenente, que é o Tenente Espírito santo e ele colocou soldados para agredir o pessoal. Massacraram muita gente. Fizeram muita malvadeza com o pessoal. Queimaram paiol de milho, chiqueiro de porco, queimaram barracos, bateram em pessoas [...]. Do Porto João André acima, na barranca mesmo, fizeram muita malvadeza. E na região que já vinha pro lado da fazenda Bonita, que fica acima do Porto de Panorama, à margem do Córrego Bom Jardim eles atacaram muita gente. Fizeram as pessoas se sentir intimidadas. Fizeram massacre mesmo. Judiaram muito das pessoas. Eles

entraram com advogado e o advogado conseguiu que eles requeresse direito de posse. Aí o pessoal com direito de posse, como a companhia comprou a área desocupada, era obrigatório retirar o pessoal. Mas aí fizeram um acordo. O pessoal saíram, mas saíram comprando as terras em outras regiões. No mesmo município, mas receberam indenizações daquelas benfeitorias que deixaram na área. Isso aconteceu em 1954 a mudança de várias pessoas. O pessoal saíram, foram comprando, olhando terras em outros lugares e desocupando esta área destes 7.000 alqueires. (Maria de Lourdes/Petilinka, 2000).

Após toda essa tramitação do processo de compra e venda dos direitos da posse da terra entre a CAIC e a Companhia Cizalpina, algumas famílias permaneceram na região, como a família de Deoclides e do Ezaú dos Santos. Foram principalmente os filhos das famílias que participaram dessa ocupação que ainda permanecem nessa região.

As famílias que permaneceram na região tiveram que recomeçar tudo de novo. Havia muitas dificuldades. Atravessavam o rio a remo (1.500 metros de extensão). A balsa tocada a vapor vai fazer sua “estréia” em 1955.

A estrada do Rio Verde, a que nos referimos no início, foi aberta em mutirão de forma braçal, pelos primeiros moradores. Contudo, apesar desse sofrimento todo, segundo Maria de Lourdes:

A gente se sentia bem porque tem o rio que é uma fonte de vida que nos trazia muita alegria... A gente tinha a felicidade de ter uma vida com dificuldades, mas de fatura. (Maria de Lourdes, 2000).

A ocupação através da compra de sítios era realizada fundamentalmente por dois grupos de pessoas que tinham finalidades diferentes na aquisição das terras: um grupo era de profissionais liberais ou de vários sócios, cuja finalidade era construir uma casa para passar fins de semana, principalmente pescando, por isso chamados na região como “Ranchos de Pesca” ou simplesmente “ranchos”. Outro grupo de compradores era formado por famílias como Maria Joana, Petelinka e tantos outros, porque precisavam de terra para plantar e garantir a sobrevivência da família. Os relatos indicam que era uma beira de rio muito rica, com destaque para o rio, que era muito rico em peixes.

Mais recentemente, em 1969, foi inaugurado o late Clube Rio Verde, também para servir ao turismo. Na década de 70, que foi o período de maior movimento de gente nos finais de semana e feriados, chegou a atender 702 pessoas, somente num final de semana de carnaval. O atendimento menor era de 150 pessoas por fim de semana. Era tão procurado que o senhor Luiz, um dos sócios do late Clube, resolveu fazer um loteamento de aproximadamente 1.000 lotes nas proximidades do late.

Uma grande enchente ocorrida em 1983 mudaria a rotina da vida das pessoas. O loteamento que já estava todo arborizado e com áreas cascalhadas, foi totalmente destruído. Matou toda a arborização. Ninguém mais quis nem de graça. A área ficou condenada e o capim tomou conta. Estas informações são fornecidas por dois antigos funcionários do late Clube Rio verde: José Alexandre Dias, mais conhecido como Deguinha (trabalhando desde 1974) e por Francisco Elias dos Santos, balconista do late desde 1973 e morando na Barranca há mais de 30 anos.

O Clube se tornou uma grande referência para os moradores da região por atrair o turismo que também contribuía com a renda das famílias ribeirinhas e o comércio local. O Clube, fechado em setembro de 2000, ficava no Km 20 da estrada do Rio Verde.

Como na região existia uma jazida de argila muito grande e própria para o fabrico de tijolos, foram se instalando dezenas de olarias de produção artesanal do tijolo maciço, usado na construção civil. Existiam 35 olarias que utilizavam mão de obra familiar, mas que também empregava cada uma delas, uma média de 2 a 3 pessoas, fora do grupo familiar.

Tanto as olarias como os “ranchos” absorveram um número razoável de mão-de-obra e que também, foram fixando residência ou nos ranchos onde eram empregados, ou nas olarias onde trabalhavam. Todos sem carteira assinada e recebendo por produção.

Todas as famílias ribeirinhas de oleiros, pescadores, agricultores, assalariados, isqueiros (capturadores de isca viva) revelam que tinham uma relação de dependência e de respeito com o rio. Todos fixaram residência nessa região porque “tinha fartura”. Fartura segundo os moradores, porque a terra era muito fértil. Ninguém usava adubo para plantar a

roça de feijão, milho, arroz. Além da fartura de água. O Rio Paraná com 1.500 metros de largura e 7 metros, em média, de profundidade, impunha respeito e transmitia aos seus moradores a sensação de fartura, de paz. E realmente, até alguns anos atrás, a fartura do peixe era muito grande. Todos os moradores tiravam e/ou completavam a renda familiar com o peixe do rio, como eles mesmos proclamavam: “Você tinha mistura”.

João Lira, morava no Km 14 da estrada do taquari, 37 anos de barranca. Há 2 anos reassentado como agricultor na Pedra Bonita, município de Brasilândia, distante 25 quilômetros do rio. Em seu depoimento, fala do rio na linguagem familiar, de tão estreita que era essa relação:

O rio era um pai. Era mesma coisa que você dizer: vou na casa do pai emprestar dinheiro. Você tava meio apertado, você caía no rio, logo você tava com o dinheiro na mão. Você queria um dinheiro. Você tava meio apertado. O paizão tava lá. (João Lira, 2000)

De acordo com o que foi relatado, o rio também era importante para quem plantava verduras. Para quem gostava de cultivar uma horta, assim como João Lira e muitos outros:

Porque lá eu tinha uma horta. Mandeí muita verdura para o hospital. Daqui mesmo eu sempre mando abobrinha, milho verde. Mas de lá eu sempre mandava era repolho, era couve, era alface, era pepino, era abobrinha. Tudo da horta. Porque o poço ali era o rio. Lá a gente praticamente morava numa ilha. De um lado era o rio e as lagoas de outro. Quer dizer que se você abrisse um poço num lugar mais alto, com 4 ou 5 metros de profundidade você já tinha um lençol de água suficiente para ter um poço. (Genivaldo, 2000/Reassentado da Pedra Bonita).

Para Maria de Lourdes (2000): “[...] o rio é uma fonte de vida que trazia o peixe, trazia muita alegria. Era fonte de alegria, era fonte de vida porque trazia o peixe”. Veja, a depoente fala do rio como se fosse uma pessoa: trazia. Assim dá para compreender melhor a fala de Maria Joana, referindo-se às enchentes: “E quanto ele mais cheio, mais eu adoro. Adoro de ver a natureza. Adoro de ver o rio. Eu não tenho que me queixar nada de enchente. Eu já acostumei com enchente”. (Maria Joana, 2000).

Ou então, a expressão que parece ser contraditória como a de Maria de Lourdes, quando ela desabafa: “[...] a gente tinha a felicidade de ter uma vida com dificuldades, mas de fartura” (2000).

A “fartura da água” a que todos os ribeirinhos se referem é o rio, mas não só. Essa região era formada por uma planície que margeava o rio numa faixa média de 10 quilômetros de largura. Planície muito úmida, cheia de lagoas. Nas grandes enchentes como a de 1983 e de 1991, a maior parte dessa planície ficou submersa. Quando da formação final do lago de Porto Primavera, toda ela ficará submersa para sempre.

Por ser planície úmida e o lençol freático elevado, a agricultura sofria pouco com as secas que ocorriam. A umidade aliada à fertilidade da terra garantia que culturas de milho e feijão produzissem bem.

José Celso Dias, 42 anos, nascido na barra do córrego Taquari, no Km 30 da Estrada do Taquari, hoje reassentado na pedra Bonita, sente a diferença: “Lá as terras da barranca era bem melhores do que essas do reassentamento: seguram mais a umidade. A gente pode plantar fora de época que colhe” (José Celso Dias, 2000).

À medida que descrevemos e analisamos o processo histórico da ocupação da região onde está a comunidade aqui denominada Porto João André, fomos procurando identificar também quem eram essas famílias. Porque buscaram fixar residência nesta localidade. Assim, identificamos agricultores, pescadores, oleiros, assalariados e comerciantes. Além dos turistas, que influenciaram de maneira significativa na complementação da renda das famílias ribeirinhas.

João Lira, quando perguntado, de onde retirava o seu sustento quando morava às margens da barranca do rio, resume sua resposta numa expressão curta: “de todo jeito você vivia”.

Isso mostra que a barranca era muito mais que uma barranca. Pois por trás dela, havia uma série de atividades que eram exercidas pelos ribeirinhos para garantir a sobrevivência. Ninguém era só oleiro, só agricultor, só pescador ou só assalariado. João Lira

plantava roça, criava gado, pescava, como ele mesmo se expressa: “eu fazia de tudo”.

Enquanto que Genivaldo, presidente da Associação dos Reassentados da Pedra Bonita responde à pergunta com mais detalhes:

Veja bem. Eu era arrendatário de um lote. Eu plantava minha roça. Eu cuidava de cedo até meio dia. Depois o sol esquentava, aí é bom você mexer dentro da água. Eu ia para a lagoa tirar minha isca. Chegava lá para as quatro horas ou cinco horas da tarde, pegava meu barquinho e ia pro meu espinhel. Iscava meu espinhel. Aí eu tava pescando. Voltava tipo oito ou oito e meia da noite. Vinha chegando da pescaria. Se tivesse pegado peixe eu amarrava ele e guardava para você ter um volume para entregar. Noutro dia você tinha o mesmo ritmo. Quer dizer, você tirava um pouquinho do peixe. Não é como você só ter uma atividade. E se de repente minha roça não desse nada? Ou se eu falasse: só vou pescar, e não pegasse nada. (Genivaldo, 2000).

Desse modo, fica claro que naquela região os moradores plantavam roça de milho, feijão, arroz, mas também criavam gado de leite ou de corte. Além de venderem o leite para o laticínio, vendiam o queijo e o requeijão na feira da cidade de Paulicéia, ou diretamente para os turistas. Sempre tinham um frango, ou um porco no terreiro. Serviam para reforçar a alimentação, ou na “hora do aperto”, vender para trazer uns “trocados” e pagar uma conta.

Ficou evidenciado que nos últimos tempos, a captura da isca viva era uma das principais fontes de renda de todos os ribeirinhos, independentemente de serem assalariados ou não. Esta atividade estava relacionada diretamente ao turismo. Eram os turistas os grandes compradores da isca viva, que eram capturadas nas lagoas e varjões existentes em grande quantidade na região.

Trata-se de pequenos peixes, como a traíra, o piau, a espadinha, a enguia ou pirambóia, além do caramujo e do minhocoçu, todos utilizados pelos turistas como isca para a captura de peixes maiores no rio.

Essa atividade era tão rentável, que existiu na comunidade um grupo dos chamados isqueiros (capturadores de isca) que desenvolveram um ritmo próprio de vida.

Normalmente, essa atividade era desenvolvida em grupo. Dificilmente alguém ia sozinho para a lagoa ou varjão (brejos). De manhã, combinavam os grupos e os locais de

captura. À tarde, horário de maior calor, era mais propício para exercer a atividade dentro da água. No final da tarde voltavam com a “mercadoria” (as iscas) e dirigiam-se até o povoado, onde normalmente, já tinham seus compradores (intermediários) acertados para receber e que posteriormente comercializavam com os turistas. Outras vezes, os isqueiros vendiam diretamente aos turistas, ou tinham viveiros próprios para armazenar e comercializar. Permaneciam no povoado, comentando com outros companheiros(as) os feitos do dia até mais ou menos 8 ou 9 horas da noite. No dia seguinte, retomavam a rotina.

Todos os moradores tinham ao redor da moradia plantações de árvores frutíferas. A barranca do rio era um grande pomar de mangas, goiabas, caju, jaca, abacate, jabuticaba, mamão, banana e outros. As frutas serviam tanto para alimentar as pessoas que aí moravam ou por ali passavam, como também era alimento para os animais domésticos e silvestres da região. Havia uma interação do meio ambiente com o homem e vice-versa.

A coleta da manga, nos últimos anos, se tornou uma significativa fonte de renda para as famílias ribeirinhas. Glória dos santos, 39 anos na barranca, empregada de rancho, afirma que vendia 600 caixas de manga todo ano a R\$ 1,00 a caixa. Ou então, o filho menor de Getúlio e Irmã que eram empregados de fazenda, hoje reassentados na Pedra Bonita, que conseguiu em 15 dias comercializar R\$ 400,00 na coleta de mangas, sendo que o dinheiro adquirido na comercialização das mangas, ele investiu na compra de duas bezerras.

O turismo nessa região era muito importante, pois além de fortalecer e dinamizar o comércio local do Porto João André, os turistas complementavam a renda familiar dos ribeirinhos comprando seus produtos.

Maria de Lourdes que residia a um quilômetro do late Clube Rio Verde, explica a importância do turismo: “E ainda por ser uma área turística, tudo o que a gente tinha pra vender tinha bom preço. Nada ficava. Tudo o que a gente tinha: o queijo, o requeijão, o frango, os ovos, o leitão, saía sem problema nenhum” (Maria de Lourdes, 2000).

Os turistas preferiam comprar direto dos ribeirinhos porque estes, não usam agrotóxicos. A produção era ecologicamente correta, ou seja, tratava-se de produto orgânico.

Com isso, facilitava a sua comercialização, era direto do produtor ao consumidor. Conforme o depoimento:

Porque até o próprio turista que vinha ali, ele comprava um saco de feijão e levava. Na época do milho, tanto faz ele verde como seco. Se viesse na época do milho verde ele comprava para levar e o milho seco era usado para ceva. (Maria de Lourdes, 2000).

Também o turista poderia render uma boa diária, segundo Genivaldo:

Por que o turismo? Porque quando chegava alguém no rancho que eu tomava conta, tinha turista que vinha com barco e motor. Só que ele não sabia pilotar. Ou ele sabia pilotar, mas ele não conhecia o rio. Então ele pagava uma diária de 20 ou 30 reais. Tudo isso era um meio de sobrevivência. (Genivaldo, 2000).

Além disso, era comercializado o peixe ou a isca, que eram dois produtos que sempre garantiam a sobrevivência dos ribeirinhos.

Existem 35 olarias (em processo de relocação) espalhadas numa extensão de 30 quilômetros às margens do Rio Paraná. Entre 5 a 7 pessoas eram necessárias e distribuídas em várias funções para produzir diariamente uma média de 2 mil tijolos. O sistema de produção era todo artesanal e com uma técnica muito rudimentar.

Por volta das 4 ou 5 horas da manhã iniciavam os trabalhos. Ali, o labor diário sempre começava muito cedo.

A produção dos tijolos era comercializada no Estado de São Paulo. Os compradores (intermediários) utilizavam caminhões e buscavam os tijolos diretamente nas olarias, que eram retirados manualmente direto dos fornos.

Cada olaria produzia em média 70 milheiros por mês. Para queimar os tijolos dependiam de lenha, que era fornecida por terceiros. Os barreiros (local da retirada da argila), normalmente ficavam localizados a 100, 200 metros da olaria. A maioria eram arrendatários das olarias. Das 35 olarias existentes, 24 delas eram tocadas por arrendatários. Todos eles, tanto arrendatários como proprietários, possuíam outras fontes de renda, por exemplo: plantavam roça, criavam algumas cabeças de gado de leite ou de corte, todos pescavam ou

para vender ou para complementar a alimentação. Alguns ainda capturavam iscas vivas para vender aos turistas.

AS ALTERAÇÕES AMBIENTAIS: “desmontaram o meio do povo viver”

O processo de construção da Usina Hidrelétrica Porto Primavera vai se prolongando há 22 anos. Inicialmente, ninguém se preocupou com a barragem porque era inconcebível para os ribeirinhos que uma barragem sendo construída há quase 300 quilômetros fosse trazer tanto transtorno em suas vidas. Ninguém queria acreditar que o seu local de moradia e trabalho um dia fosse inundado pelas águas do lago, fora do contexto das enchentes naturais. Mas a enchente de 1983 não foi normal para eles. Nunca houve uma enchente tão grande. Pessoas que viviam já há mais de 30 anos, nunca tinham visto coisa igual. A destruição, os prejuízos foram enormes. Eles começaram a suspeitar das barragens.

José Alexandre Dias, mais conhecido como “Deguinha”, há 26 anos trabalhando como eletricitista no late Clube, perguntado sobre quando começou a perceber os primeiros problemas provocados pela barragem, não teve dúvida em afirmar:

A primeira coisa que você pode escrever, com certeza, foi a enchente de 1982/83. Nós temos a marcação lá na Igreja, que dá na cota 260. É a altura da água que vai ficar. Por isso a gente acha que naquela época da enchente já foi tirado o nível da altura que ia ficar a barragem. Aí começou as mudanças [...].

Com certeza de lá para cá [...] ninguém tem mais paz (Deguinha, 2000).

De lá para cá começou a [...] desmontar o meio do povo sobreviver, como disse com veemência Genivaldo (2000).

Neste período, funcionários da CESP fizeram o primeiro levantamento das famílias que moravam na área. Começaram também a exercer a pressão psicológica sobre os moradores, como lembra novamente Deguinha (2000): “Não construa, não faça cerca, não faça isso, não faça aquilo. Você vai ter que sair. Você não vai ser indenizado”.

Essas ameaças foram feitas a todos os moradores da época, e continuaram nos anos eu se seguiram. Com isso, realmente muita gente deixou de fazer melhorias na sua

propriedade. As cercas apodreceram. As casas ficaram prestes a cair, [...] As propriedades ficaram desvalorizadas e a população “quebrando a cabeça” sem saber o que seria do seu futuro. O possível progresso e/ou desenvolvimento para alguns começou a se tornar um inferno para a população ribeirinha. Este é o sentimento de Maria Joana e da maioria da população:

Você já pensou uma pessoa morar num canto 50 anos e sair assim, sem mais nem menos? Por causa de enchente, por causa de barragem. Eu não sei falar mais nada pra vocês. Eu falo num inferno, porque eu estava no céu, agora estou vivendo num inferno, porque eles querem me tirar. (Maria Joana, 2000).

Segundo os ribeirinhos, foi a partir de 1995 que a situação começou a agravar-se porque começou a desaparecer uma de suas principais fontes de renda que era o peixe. Com o barramento do rio pela barragem, em 1993, o peixe passou a não subir mais no período da piracema, diminuindo em 80% segundo os pescadores e confirmado por todos os moradores da região.

Começou também a diminuir o fluxo do turismo, que antes era motivado pela abundância do peixe no rio.

Francisco Elias dos Santos, funcionário do late Clube há 27 anos e mais de 30 anos de barranca, confirma:

Acabou quase tudo. Eles não fizeram escada para o peixe subir. E a pescaria foi ficando cada dia mais fraca. Antes de ter essa barragem pegava muito peixe. Peixe diminuiu demais. Não sobe mais peixe, principalmente os peixes como jaú, pintado, acabou quase tudo. (Francisco Elias dos Santos, 2000)

As pressões, o clima de incerteza em relação ao futuro, as constantes mudanças no cronograma de enchimento do lago, geraram dúvidas nos ribeirinhos em relação ao plantio. Se plantavam, ficavam inseguros em relação à colheita. A situação criou até desentendimentos familiares, conforme testemunho de Maria de Lourdes (2000):

[...] deixou uma marca muito grande porque a gente perdeu os amigos. Cada um foi dividido em categorias. Cada um vai para um lado. A gente não tem mais aquela facilidade de vizinhar, porque tudo se tornou difícil. Houve até separações de casais. Aconteceu muito desentendimento de vizinhos, de famílias, que se sentiu tão oprimidos [...].

A construção da barragem criou tamanho transtorno na vida das pessoas chegando a abalar suas estruturas básicas de família, confirmado no depoimento de Ernestina Ravanhani, oleira a 30 anos e 45 anos de barranca:

[...] a gente tinha um futuro pra nós e para os filhos e hoje nós não temos mais futuro. Acabou com o barro que nós trabalhava. Destruiu tudo o que nós construímos [...], sentimos muito tristes das famílias, da separação, da desunião que vai ficar as famílias. Um vai pra um lado, outro vai para outro (Ernestina Ravanhani, 2000).

Ernestina representa o sentimento dos oleiros que tinham seu futuro relacionado com as jazidas de argila, matéria-prima das olarias para o fabrico do tijolo e que ficarão submersas com a formação do lago.

A separação das famílias de que fala a Ernestina se completa com a divisão em categorias de que falou ante a Maria de Lourdes. As duas estão se referindo ao cadastramento realizado pela CESP, classificando os ribeirinhos de acordo com a informação que forneciam sobre sua principal fonte de renda. Dessa forma, os ribeirinhos foram assim classificados: agricultores e pecuaristas, oleiros, pescadores, mão-de-obra assalariada e comerciantes, que teriam, teoricamente, direito ao reassentamento. Essa classificação fraciona os grupos familiares e de vizinhos construídos durante décadas e com tanta dificuldade.

Outro fator importante a ressaltar nessa classificação é que ela vai determinar as mudanças que estão ocorrendo no assentamento Pedra Bonita, em relação à sobrevivência das famílias. A empresa classificou-os até mesmo a revelia por meio de levantamentos e entrevistas com os beneficiários, mesmo que eles resistissem em afirmar qual era sua principal fonte de renda. Muito deles, realmente tinham dificuldades em dizer com certeza qual era sua principal fonte de renda, porque tinha sempre mais que uma como buscamos identificar através de depoimentos dos mesmos neste estudo.

A partir desta classificação, a empresa projetou programas de reassentamentos para essas famílias, desconhecendo ou não levando em consideração todas as outras formas de obtenção de renda criadas durante décadas de convivência com esse ecossistema local. Só naquela área, margeando a barranca ao longo do Rio Paraná, essas

famílias foram capazes de sobreviver, sem depender de cesta básica, nem de financiamentos de banco. Forçá-las a sobreviver só da agricultura, ou só da pecuária, ou ainda, só da olaria é condená-las ao empobrecimento ou talvez até à morte. Pois aceitar a proposta da empresa CESP, que propõe aos assalariados, que viveram 10, 20, 30 anos no mesmo emprego (onde tinham a possibilidade de complementar a renda com a pesca, a agricultura ou criação de animais de pequeno porte, captura de isca viva ou mesmo ganhando uma diária nos fins de semana como piloto de turista), 20 salários mínimos ou 5 hectares de terra como forma de indenização, é condená-los à mendicância ou torná-los favelados rurais.

O empobrecimento da população que ainda permanece na área é grande. As fontes de renda vão se acabando. É o caso de Glória dos Santos e de todos os “caseiros”, assim conhecidos os assalariados de rancho, desde que seus patrões, que eram proprietários dos ranchos de lazer, foram indenizados. Os fatos evidenciam-se no depoimento que segue:

A renda agora é muito pouca. Hoje, junto ferro velho, latinha e papelão. Meu marido quando acha um serviço trabalha. Meu filho tirei da escola pra poder trabalhar também, catando feijão na ilha. As mangas foi prejuízo. Eles cortaram tudo. Hoje acabou tudo. Desmontaram tudo, Clube que tinha. O meio do povo sobreviver (Glória dos Santos, 2000).

Até o começo de dezembro de 2000, toda área de inundação já estava desmatada. Os proprietários de terra, ranchos, clube e comércio já haviam sido indenizados. As cercas dos pastos já foram todas arrancadas.

No entanto, com exceção de 3 donos de olarias que foram transferidos para uma área provisória, para dar continuidade à construção do aterro da estrada que vai ligar São Paulo à Mato Grosso do Sul; mais de 80 dos 89 agricultores e pecuaristas beneficiários do reassentamento coletivo de Pedra Bonita; e ainda, umas três dezenas de assalariados que perderam o emprego e foram obrigados a mudarem para outros municípios de São Paulo ou Mato Grosso do Sul. As demais famílias de oleiros, pescadores, assalariados e agricultores pecuaristas continuavam residindo na barranca, aguardando a relocação para seu novo local de moradia.

Estes, não podem mais plantar, porque a empresa não permite. E mesmo que permitisse, há muitos animais soltos que destruiriam a lavoura. Uma boa parte dos assalariados está desempregada, com exceção dos que trabalham nas olarias que somam aproximadamente 70 empregados.

MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO RIBEIRINHO

A questão referente a melhoria das condições de vida é muito subjetiva. Pois melhoria das condições de vida na compreensão do ribeirinho é totalmente diferente do que é melhoria das condições de vida para o ribeirinho na concepção da empresa responsável pela construção da hidrelétrica.

Diante disso, recorremos a Manfredi & Velásquez (1994, p. 13) que discutem o tema meio ambiente, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida, enfatizando que:

Para compreender o conceito de qualidade de vida é necessário considerar, de um lado, a sensação ou percepção que cada indivíduo tem do grau de satisfação que lhe proporciona sua vida, e de outro, a análise real de um conjunto de fatores que condicionam de forma positiva ou negativa, a sua existência [...]. Nisto, influi sua cultura, suas crenças, os elementos místicos, seus ideais e em síntese, suas necessidades. As comunidades, por influência cultural ou por esquemas de desenvolvimento impostos, tornam-se confusas na maioria das vezes sobre as necessidades supérfluas e necessidades reais.

Nesse sentido, entendemos que o capital e a tecnologia em nome do desenvolvimento interferem no meio ambiente, produzindo impactos e modificações de efeitos positivos, mas com mais frequência e intensidade os de efeitos negativos. Assim, também o homem é um receptor de impactos positivos e negativos, os quais condicionam em um ou outro sentido, a sua existência.

Então, será que a casa de alvenaria, com energia elétrica, com água encanada, chuveiro elétrico, banheiro azulejado e ladrilhado, mas ao mesmo tempo deixando de criar o porco e a galinha para a subsistência e tendo que criar o porco branco para a

agroindústria, significa melhorar as condições de vida do ribeirinho? E a questão de deixar de plantar feijão e milho para plantar café ou mandioca brava para feccularia incentivando a monocultura? Na concepção do ribeirinho com certeza não se trata de melhoria, pois o preço a pagar é alto. São mudanças bruscas na sua estrutura mental e social. A energia elétrica é útil, mas seu gasto tem um custo ao qual não estava habituado. Privá-lo da criação de porcos e galinhas é diminuir sua dieta alimentar.

A partir da descrição e análise dos depoimentos, demonstramos que sua dieta de carne era constituída basicamente pelo peixe, que “tinha com fartura” e pela caça. A carne bovina era raridade na sua mesa de refeições. Bens de consumo alimentar que eram extraídos da natureza (rio, lagoas e matas) ou produzidos no terreiro da casa, começam a ser substituídos pelos oferecidos no supermercado.

O ritmo de vida e trabalho é modificado de forma abrupta e imediata. No ditado popular é uma mudança “do dia pra noite”, sem tempo de adaptação.

Muitas dimensões da organização da comunidade de Porto João André, se assemelha ao que percebeu Mello e Souza (1979, p. 173), entre caipiras paulistas:

A princípio, o meio representava para o grupo uma totalidade, cujos limites, coincidiam com os limites da atividade e da mobilidade grupais. Havia entre as atividades do caipira uma correlação estreita, e todas elas representavam, no conjunto, síntese adaptativa da vida econômica social. Assim é que o trabalho agrícola, a caça, a pesca e a coleta não eram práticas separadas e de significado diverso, mas complementares, significando cada um per si, e todos no conjunto, os diferentes momentos dum mesmo processo de utilização de meio imediato. A roça, as águas, os matos e campos encerravam-se numa continuidade geográfica, delimitando esse complexo de atividades solidárias – de tal forma que as atividades do grupo e o meio em que elas se inseriam formavam por sua vez uma continuidade geossocial, um interajuste ecológico, onde cultura e natureza apareciam, a bem dizer, como dois pólos de uma só realidade.

O equilíbrio ecológico e social é fundamental para continuidade da vida da comunidade ribeirinha. A interferência no ritmo natural do rio provocando a diminuição do peixe, começa a desestruturar e o desequilíbrio é sentido no cotidiano dos moradores. Peixe

que diminui, que escasseia o turismo, que escasseia o comércio. É como se um elo da cadeia produtiva fosse quebrado, rompido. A organização social da comunidade se dava a partir do rio e do meio ambiente, e era em função do rio que se criavam (inventavam) atividades econômico-sociais. O rio oferecia água e peixe em abundância. O rio trazia o turista que comprava o peixe, o frango, o porco, o milho [...].

Assim como para o caipira paulista, de Mello e Souza (1979) que passava normalmente da enxada e do machado para o anzol ou a espingarda, também para Genivaldo da Pedra Bonita, quando morava na beira do rio era normal trabalhar de manhã na roça, à tarde capturar isca viva e à noitinha “dar uma pescadinha”. Agora na sua nova morada começa a planejar a agricultura para a agroindústria, ali a técnica e o investimento são essenciais para uma melhor produção. Antes, na hora do “aperto” tinha o rio. Hoje se a produção por algum motivo não foi positiva não tem como se remediar. Pode ser o início da falência do sítio, ou um período longo de necessidades e dependência (cestas básicas) ou mesmo ficar “pendurado no banco”.

PRÁTICA E AÇÕES DA EMPRESA

Antes de descrever o que ocorre com as famílias no seu novo habitat, vamos tratar do processo desencadeado pela CESP, a empresa responsável pela hidrelétrica, quanto à relocação das famílias.

A obra da Usina Hidrelétrica Porto primavera foi iniciada no final da década de 1970, por decreto do regime militar e pelo planejamento inicial deveria estar concluída em 1988. Com a entrada da Hidrelétrica Itaipu em funcionamento, o país ficou com energia sobrando em quantidade similar a que Porto Primavera fora planejada para produzir (1,7 mil megawatts). Pela ausência de recursos financeiros o cronograma sofreu várias paralizações, tanto no processo de formação do lago, como para a geração de energia. Atualmente está funcionando com apenas 1/6 da potência de produção da energia planejada.

De acordo com os dados do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), essa é mais uma das 2.200 barragens já construídas no Brasil e que já expulsaram “mais de um milhão de pessoas de suas casas, aumentando o número de desempregados e sem terra” (MAB, 2000).

Para fazer a relocação das centenas de famílias (agricultores, pescadores, oleiros, pecuaristas, assalariados) que viviam há 10, 20, 40 anos e às vezes até mais, nas ilhas e margens do Rio Paraná, consideradas áreas de inundação pela formação do lago, a empresa se obrigava a cumprir uma série de requisitos previstos no EIA-RIMA. Deveria propor e debater com a população atingida uma série de ações de mitigação e compensação pelos prejuízos sociais, econômicos, culturais e ambientais provocados pela obra, como: “Garantir a participação efetiva das famílias na discussão da concepção dos projetos de reassentamento” (PCA, 1994, p. 319).

A empresa CESP, não observou que:

Um dos requisitos básicos do processo de negociação é o conhecimento que as partes envolvidas possuem sobre o objeto que estão negociando, no caso, o processo de remanejamento. A formação desse conhecimento requer entre outros itens [...] conhecer em profundidade a concepção, conteúdo, formas de encaminhamentos, regras, etc., das alternativas de remanejamento (PCA, 1994, p. 314-315).

No entanto, a prática autoritária da empresa no tratamento dado ao processo de relocação das populações provocou um clima de terror, de incerteza, de inquietude, de insegurança e paralisação das atividades econômicas das famílias residentes na região. A utilização de informações contraditórias e a imposição de prazos para a relocação que são adiados freqüentemente, têm desestabilizado as famílias impedindo que realizassem suas roças no tempo devido, deixando assim, de colherem produtos importantes para o próprio consumo familiar, limitando as condições de sobrevivência das famílias. Os relatos revelam que a empresa através de seus funcionários, exerceu pressão individualmente sobre os ribeirinhos para que aceitassem o programa que já havia sido determinado por ela, anteriormente. Há falta

de critérios claros na avaliação das indenizações, inclusive, transferindo direitos de benfeitoria de uma família para outra sem maiores explicações.

A população buscou participar por meio de documentos encaminhados à empresa, para propor tratamento antecipado no sentido de definir o seu futuro que se apresentava nebuloso, conforme expresso claramente no documento encaminhado à empresa em 1983:

Ribeirinhos do município de Brasilândia atingidos pela Barragem de Porto Primavera [...] estão à espera de uma solução definitiva para os seus problemas, uma vez que as enchentes continuam, os prejuízos não são ressarcidos e as famílias não podem realizar melhorias nos locais de trabalho e habitação, devido à pobreza e a indefinição a respeito dos reassentamento e indenização (Documento de reivindicação dos trabalhadores pelas barragens da CESP, 1993).

Em 1985 foi solicitada uma audiência com a empresa e os atingidos, via Assembléia Legislativa-MS, e obtém-se como resposta da empresa “que todos os programas de mitigação de impacto propostos no estudo deverão ser implantados em tempo hábil”.

Segundo Maria Conceição da Silva Gomes, mais conhecida como Maria Baixinha, a empresa deve ser responsabilizada se alguma desgraça vier a acontecer para sua família:

Eu tenho seis netos que ficou órfão dos pais. Estão na minha responsabilidade. E eu estou vendo o dia e a hora de a gente ficar desamparado, debaixo da ponte, sem ter o que comer, passando fome. Porque a CESP é uma pessoa que engana mesmo (Maria Conceição, 2000).

Em maio de 1998 a empresa já estava para fechar o lago e a situação de Miguel Manete e de centenas de famílias estava sem nenhuma definição. Vejamos seu depoimento acerca da situação:

[...] faz dezoito anos que começou essa tal de CESP. Nós vai indenizar [...], nós vai pagar [...]. Mas ta pra fechar a barragem e ninguém fala nada [...]. Mas indenizar quando? Depois que a barragem fechar? Não senhor. Eu tenho aqui minhas coisas, minha plantação, minhas benfeitorias. (Miguel Manete, 2000).

Além da falta de transparência e da não participação dos atingidos no processo de discussão, implantação e execução dos projetos para relocação da população, a empresa utilizou de dois mecanismos fundamentais para a divisão das famílias: primeiro, a negociação por municípios separadamente e por categorias (classes) de trabalhadores, que já havia sido definido pela empresa CESP por ocasião do cadastramento das famílias residentes na área de inundação, e segundo, o critério de classificação por renda principal. A partir daí, a empresa conseguiu definir os seguintes programas para relocação das famílias:

a) Pescadores: para estes que moram na área de inundação, a empresa se comprometeu em comprar uma casa residencial no núcleo urbano mais próximo. As demais ações são para beneficiar todos os pescadores profissionais que exercem a atividade da pesca na área de inundação, como: “Divulgação e discussão das condições de pesca em reservatórios através de palestras aos pescadores. Criação de uma Comissão Executiva para definir os pontos de apoio e acesso dos pescadores ao lago” (PCA, p. 280-281).

b) Agricultores e Pecuáristas: para estes, ofereceu reassentamento em lotes de 25 hectares para agricultores e 35 a 40 hectares para pecuaristas, mais uma casa, água encanada, energia elétrica e uma cesta básica até a primeira colheita. Sendo que, essa separação dos pequenos produtores em agricultores e pecuaristas não se justifica uma vez que todos são agricultores e pecuaristas.

c) Apoio à Mão-De-Obra (AMO): consiste de um programa, cujos beneficiários são os assalariados, diaristas, empregados de ranchos, num lote de 5 hectares de terra “nua e crua”, negociados pelos prefeitos dos municípios de Mato Grosso do Sul.

Como já nos referimos anteriormente, essas famílias não viviam exclusivamente do salário. Exerciam outras atividades complementares como a pesca, a lavoura de subsistência, a isca, e a criação de pequeno porte, além da moradia.

d) Os Oleiros: aqueles que trabalhavam de forma artesanal no fabrico do tijolo maciço. Esses foram reassentados em lotes de 5 hectares de terra, com residência e

transformados em pequenos empresários modernos. É uma mudança do modo de produção artesanal para a produção industrial moderna, toda mecanizada.

e) Empregados de Olarias: estes foram transferidos para uma área urbana, próxima ao complexo industrial oleiro. Receberam uma residência de 53 m² e um lote de 10mX20m.

De forma sucinta, estes são os programas apresentados pela empresa como alternativas para garantir aos ex-ribeirinhos, segundo ela, a continuidade das atividades desenvolvidas na região da qual foram deslocados.

A seguir vamos descrever e analisar, a partir de depoimentos, o que ocorre com as famílias no seu novo habitat. Nesta análise nos limitaremos a categorias dos agricultores e pecuaristas reassentados na Pedra Bonita. Isso se deve ao fato de que a maioria das famílias já se encontram no seu novo local de moradia há dois anos e nove meses. Os demais estão há um, dois ou três meses. Em segundo lugar, porque muitas das conseqüências vivenciadas pelos agricultores e pecuaristas também serão dos demais grupos desalojados do seu habitat natural, ou seja, do rio, do peixe, das lagoas, das matas, das sombras dos pomares e seus frutos, enfim da liberdade de viver a vida sem depender de favores de prefeitura ou de cestas básicas da CESP.

PEDRA BONITA: outra realidade, outro modo de viver

“Não tinha uma árvore”.

Pedra Bonita é a área de terra comprada pela empresa CESP para reassentar 89 famílias ribeirinhas que, pelos critérios de avaliação adotados pela empresa e, posterior cadastramento, foram considerados como agricultores ou pecuaristas com direito ao chamado reassentamento coletivo.

Pedra Bonita era o nome da fazenda. Fica situada à margem do lago formado pela Usina Hidrelétrica Porto Primavera. Distante 20 quilômetros do rio, por estrada. Em linha reta, a distância será um pouco menor. Dependendo da localização do lote no reassentamento,

ele fica a 15 ou 25 quilômetros da sede do município, a cidade de Brasilândia. E de 20 a 30 quilômetros da cidade paulista de Panorama, que era a principal cidade para todo tipo de comércio e/ou tratamento de saúde dos ribeirinhos e de sua família e também, para os alunos que cursavam a segunda etapa do ensino fundamental.

A referida área foi indicada pela maioria das famílias, hoje beneficiárias do projeto, porque ficava próxima às suas antigas moradias, facilitando assim a sua adaptação ao seu novo habitat.

Como o objetivo de nosso estudo é também identificar as mudanças ocorridas com os ribeirinhos em, seu novo local de moradia, em relação à sua sobrevivência, entrevistamos quatro das primeiras famílias reassentadas que estão a dois anos.

O casal Getúlio e Irma Aparecida, eram empregados a 14 anos da Fazenda Suíça, como era conhecida pelos ribeirinhos, no Km 8 da Estrada do Taquari. No assentamento da Pedra Bonita agora são proprietários de terra, com casa, água encanada e energia elétrica. Mas lá não viviam só do salário, na Fazenda Suíça plantavam roça. Possuíam algumas cabeças de gado. Durante a semana vendiam leite para o laticínio e aos domingos vendiam na cidade próxima a Panorama, na outra margem do rio. Além do leite, comercializavam doces, requeijão e queijo que produziam durante a semana. Eles relatam que, no início, o patrão não concordava muito com as atividades de produção de doces, queijos e requeijões e principalmente as saídas aos domingos da fazenda para comercializar os produtos. Mas depois conseguiram o consentimento do patrão, pois não atrapalhava em nada.

Inicialmente, estavam cadastrados como assalariados e, portanto, com direito a 5 hectares de terra, como os demais assalariados. Somente tiveram certeza de que seriam reassentados na Pedra Bonita, 3 meses antes da transferência. Contam que foi uma correria para organizar a mudança. Na viagem perderam (morreram) 30 cabeças de galinha.

Ao ser indagada se aconteceu alguma mudança? Irma simplesmente responde dizendo: “mudou tudo, completamente” (Irma 2000).

Na barranca eram empregados, aqui são proprietários. Ninguém te remunera. “Tudo o que você vai fazer tem um gasto”. Depende de dinheiro. Tudo isso “[...] esquentar a cabeça, [...] deixar meio variado [...]”, como se expressou o Getúlio. Aqui a renda é maior, mas o gasto é maior. Você só está investindo. Comparando com a economia do tempo que era empregado, Irma julga que “por enquanto está empatado. Tentando controlar de um lado, de outro” (idem). É bom ressaltar que eles são de certa forma privilegiados em relação aos demais, pois no dia seguinte à transferência, continuaram entregando leite para o laticínio.

O problema é que todas as primeiras famílias que chegaram na Pedra Bonita só encontraram colônio (espécie de capim). Contam que não tinha nada, além de uma casa de madeirite de 30 m². Quando chovia “entrava água por cima e por baixo” no dizer de João Lira (2000) que também perdeu 39 cabeças de galinha na mudança.

A falta de árvores que ofereçam sombra foi problema até para as galinhas, segundo João Lira (2000): “as galinhas ficavam entrando debaixo das pernas da gente, caçando uma sombra”.

Ou então, a dor de cabeça constante que Genivaldo sofreu durante oito meses: “Essa é uma realidade que lá eu não tinha uma dor de cabeça constante. Por quê? Lá eu tinha arvoredo. Praticamente não andava no sol, sempre tinha uma sombra” (Genivaldo, 2000).

Na Pedra Bonita, começou a mudar inclusive o hábito alimentar. Na barranca quando queria comer uma carne, ter uma mistura para o almoço ou jantar, tinha o peixe no rio ou nas lagoas. Não faltava o frango e o porco no terreiro da casa. Com uma ressalva para os peixes com traira e piaui, que na barranca serviam apenas de isca para pegar peixe grande. Para comer ninguém queria nem de graça. Hoje, no reassentamento se paga R\$ 2,50 o quilo do lobo (traíra), se quiser comer peixe. Eles lembram que tinha também a caça, que era abundante (paca, capivara, tatu). Quase não se comia carne de gado.

Segundo os depoimentos, a água era tão abundante na barranca, agora no reassentamento é escassa, dificultando o cultivo de uma horta e até para a formação do pomar. Lá, abria-se um poço com 4 ou 5 metros de profundidade. E em Pedra Bonita não se

faz com menos de 15 metros. A água que serve o assentamento é de poço artesiano e às vezes, é insuficiente na hora de tomar banho, se várias pessoas estiverem utilizando ao mesmo tempo.

A maioria revela que não está podendo criar mais porco e galinha, principalmente as famílias cujas casas estão muito próximas uma das outras. Seu João explica o problema:

Porco se você deixar preso no chiqueiro ele não aumenta. Ele não desenvolve. Se soltar vai na roça do vizinho. Então cria caso. Galinha você não pode criar muito porque vai na roça do vizinho. O vizinho já reclama (Seu João, 2000).

Em relação à lavoura, há uma série de fatores que dificultam a obtenção de uma boa safra. Na opinião do José Celso é o clima, pois é diferente da barranca. Lá na barranca, diz ele:

Estávamos praticamente familiarizados com o clima [...]. Aqui já é diferente. Já perdemos mesmo plantando na época. Tem um vento, uma brisa forte que sopra aqui e que prejudica as lavouras (José Celso, 2000).

Neste sentido, Genivaldo confirma: “Tem um vento mais constante. Mas é prejudicial esse vento? É. Chove, com dois dias a terra está seca. Não tem um quebra vento. Não tem o que protege o solo” (Genivaldo, 2000).

Eles explicam que quando não é o clima, são insetos que destroem a lavoura. Genivaldo perdeu 5 hectares de feijão na primeira planta por causa da lagarta. Outros perderam 50% a 60% da safra. Tudo isso é prejuízo muito significativo para quem está começando a organizar sua vida em novo local de moradia.

Uma das lavouras mais cultivadas na barranca, que era o milho, na Pedra Bonita não pode mais ser plantada, porque quando está para nascer, a perdiz arranca. O que escapa da perdiz e atinge um porte maior sobra para o tatu-peba. O que sobra, os papagaios tomam conta, destroem mesmo. Segundo os moradores nunca viram coisa igual, parece gafanhotos, pois formam uma nuvem de escurecer o sol. E não podem ser caçados, por se tratar de crime ambiental.

A situação desses reassentamentos se agrava ainda mais, pois mesmo que produzam a dificuldade da comercialização é grane. O turismo não existe no reassentamento. Por outro lado, a cidade de Brasilândia não tem capacidade de consumir o que é produzido pelos ribeirinhos da Pedra Bonita. A feira da cidade de Panorama agora ficou longe demais e o transporte é difícil, não compensando por causa do alto custo.

As outras fontes de renda, como a isca e o peixe, ficaram na barranca. Hoje sentem a falta do rio, do peixe e da fartura de água.

Se não fosse a cesta básica fornecida mensalmente, há dois anos, muitas famílias já teriam abandonado tudo. Embora reconheçam que obtiveram alguma melhora com a mudança, como a posse da terra para quem não tinha e a casa com água encanada e energia elétrica, revelam também que perderam, a exemplo de Dona Dirce, esposa do Genivaldo e 29 anos de barranca, que após acompanhar uma entrevista durante duas horas, só ouvindo, ao ser indagada se não tinha nada para falar, respondeu: Só tenho a dizer que na barranca era melhor (Dona Dirce, 2000).

Genivaldo seu esposo, confirmou e acrescentou:

Até eu voltaria. Lá eu era arrendatário de terra. A terra não era minha, mas eu sobrevivia em cima dela, melhor do que aqui. Hoje eu tenho 10 alqueires, só que não tenho condições de comprar um chinelo para meu filho. E lá a terra não era minha e eu tinha condições de comprar não um chinelo, mas um sapato (Genivaldo, 2000).

Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens:

A experiência demonstra que a resolução dos problemas sociais não acontece com indenizações irrisórias, com relocações forçadas para lugares sem infraestrutura como água, saneamento básico, educação, transporte, saúde; sem condições de plantar, de pescar, de manter a renda, através de seus antigos trabalhos como a pesca profissional, as olarias e cerâmicas, o comércio [...]. (MAB, 1999).

E para concluir a análise dos impactos sofridos pelos ribeirinhos no seu novo habitat, todos afirmaram acreditar que 70% dos reassentados quando obtiverem a escritura da

terra na mão, no dia seguinte venderão, indo procurar um outro meio de sobrevivência, pois estão insatisfeitos com a nova vida no reassentamento.

E, por fim, acreditamos que nem todos, mas muitos ex-ribeirinhos, hoje assentados, têm consciência que devem continuar a luta e qualificar a organização, porque o futuro dessa comunidade continua muito nebuloso, cheio de incertezas.

BIBLIOGRAFIA

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/MS. **Grandes barragens e suas alternativas na América Latina: Barragem de Porto Primavera no Rio Paraná.** Texto apresentado na Comissão Mundial de Barragens, Ago. 1999.

DURHAN, Eunice Ribeiro. Malinowski. São Paulo: Ática, 1986.

MANFREDI, Hernán Contreras & VELÁSQUEZ, América G. Cordero. **Ambiente, Desarrollo Sustentable y Calidad de Vida.** Caracas: Garcia e Hijo, 1994.

MELLO E SOUZA, Antonio Cândido. Os parceiros do Rio Bonito. 15 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

MIRANDA, J. E.; KUDLAVICZ, Mieczslau, JESUS, Sebastiana A. **A Luta dos Trabalhadores Rurais em Mato Grosso do Sul (1978-1992): a participação da Comissão Pastora a Terra.** 1994 (Mimemogr.).

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. A Prática Energética do Estado Brasileiro. **Caderno de Estudo nº. 02.** Mobilização Nacional dos Trabalhadores Rurais, Jul. 2000. p. 58-66.

PETELINCA, Elenice Silva. **Casas Definitivas Já.** Carta Escrita e Entregue à Imprensa Local. Brasilândia, 1998 (mimeogr.).

PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL. ENGEA/THEMAG, 1994.